



Programa Acadêmico
Mobilidade Virtual de Pós-graduação
AUGM



SRInter/UFSCar

NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE VIRTUAL:

Política de Saúde Mental e de Álcool e outras Drogas: construção histórico e social (Mestrado e Doutorado)

NOME DO PROFESSOR RESPONSÁVEL (Nome, e-mail e telefone):

Sonia Regina Zerbetto, e-mail:szzerbetto@ufscar.br
Angelica Martins de Souza Gonçalves, e-mail:angelicamartins@ufscar.br

PROGRAMA NO QUAL A DISCIPLINA/ATIVIDADE É OFERECIDA:

Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

CARGA HORÁRIA (em horas) E CRÉDITOS:

Carga horária de 90 horas e 06 créditos

DATA DE INÍCIO E FIM DA DISCIPLINA/ATIVIDADE (mesmo que sujeito a confirmação)

Início: 15/03/2022 e Término: 28/06/2022

DIA E HORÁRIO DAS ATIVIDADES:

Terças-feiras das 10-12horas (assíncrona) e 14h-18horas (síncrona e assíncrona)

QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS (mínimo 1)

4 vagas

OBJETIVOS GERAIS (da disciplina/atividade)

1.Promover reflexões sobre as políticas de atenção à saúde mental e de álcool e outras drogas no contexto sócio-histórico

EMENTA:

Bloco 1: Concepção de loucura, doença mental, saúde mental e sofrimento psíquico no decorrer do processo histórico-social; Movimentos de Reforma Psiquiátrica internacional e nacional; Modelo de Atenção Psicossocial e Reabilitação Psicossocial; Política de Saúde Mental no Brasil e Rede de Atenção Psicossocial e seus desafios;

Bloco 2: Modelos explicativos de consumo de drogas; Políticas brasileiras de Álcool e outras drogas: resgate histórico e cenário atual; Políticas sobre drogas e redes sociais: desafios e possibilidades



Programa Acadêmico
Mobilidade Virtual de Pós-graduação
AUGM



SRInter/UFSCar

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Promover reflexões sobre a construção histórico-social do conceito de loucura, doença mental, saúde mental e sofrimento psíquico;
2. Conhecer os movimentos de Reforma Psiquiátrica internacional e nacional e seus pressupostos teóricos e práticos;
3. Refletir sobre os saberes e práticas que permeiam o Modelo de Atenção Psicossocial e de Reabilitação Psicossocial;
4. Discutir sobre a Rede de Atenção Psicossocial e seus desafios diante das diferentes experiências nacionais e internacionais;
5. Conhecer os modelos explicativos sobre o consumo de substâncias psicoativas e as políticas e programas sobre drogas no contexto histórico;

MODALIDADE (Aula Síncrona, Assíncrona, Síncrona-Assíncrona, Ainda não definido):

Síncrona-Assíncrona

LINK DO PROGRAMA ACADÊMICO (se houver):

<https://www.ppgenf.ufscar.br/pt-br>

RECURSOS A SEREM UTILIZADOS PELO DOCENTE:

Recursos materiais:

- Notebooks, computadores e celulares;
- Utilização de ambiente virtual de aprendizagem
- Encontros síncronos via Google Meet, Jamboard Google, Nearpod)
- Disponibilização de atividades em Plataforma Classroom
- Textos digitais
- Filmes online
- Recursos virtuais e interativos;
- Biblioteca virtual



PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO ALUNO:

A avaliação será formativa, somativa e contínua, ou seja, processo contínuo de acompanhamento do(a) estudante em todo o processo ensino-aprendizado, possibilitando tanto ao professor como ao(a) estudante, a construção do conhecimento, desenvolvimento de competências, progressão da aprendizagem, identificar as áreas de dificuldade, bem como contar com o auxílio do professor no apoio ao(a) estudante.

Diante disso, o desempenho do(a) estudante basear-se-á nos critérios específicos de cada situação de ensino – aprendizagem:

-Participação nas aulas: assiduidade, qualidade da participação nas discussões e troca de reflexões/conhecimentos quanto aos conteúdos discutidos na disciplina (peso 3);

-Participação nos seminários, debates e elaboração de sínteses reflexivas com fundamentação teórica, mapas conceituais (peso 7);

Critérios de aprovação na disciplina:

A nota final será somatória ponderada das notas obtidas em cada uma das atividades desenvolvidas. O sistema de avaliação considera: a frequência mínima de 75% e o aproveitamento por meio de um conceito final: A, B ou C.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

7. Bibliografia Principal

(autor, Título, ano da Publicação e Editora)

1. ALMEIDA, J. M. C. Mental health policy in Brazil: what's at stake in the changes currently under way. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 35, n. 11, e00129519, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001300502&lng=en&nrm=iso>. access on 21 June 2020. Epub Oct 31, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00129519>.

2. AMARANTE, P. Teoria e crítica em saúde mental: textos selecionados. 2017. São Paulo: Zagodoni.

3. BASTOS, F. I. Drug policies in contemporary Brazil: contributions from science, clinical practice, and modern liberalism. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 35, n. 11, e00125519, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001300503&lng=en&nrm=iso>. access on 21 June 2020. Epub Oct 31, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00125519>.

4. CAVALCANTI, M.T. Prospects for mental health policy in Brazil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 35, n. 11, e00184619, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001300201&lng=en&nrm=iso>. access on 21 June 2020. Epub Oct 31, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00184619>.

5. DELGADO, P.G. Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro , v. 17, n. 2, e0020241, 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462019000200200&lng=en&nrm=iso>. access on 19 June 2020. Epub May 06, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00212>.

6. NUNES, M.O. et al . Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional e regional. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 24, n. 12, p. 4489-4498, Dec. 2019 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019001204489&lng=en&nrm=iso>. access on 19 June 2020. Epub Nov 25, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182412.25252019>.

7. PITTA, A. (ORG). Reabilitação Psicossocial no Brasil. 2016. São Paulo: HUCITEC.

8. VARGAS, A. F. M.; CAMPOS, M. M. A trajetória das políticas de saúde mental e de álcool e outras drogas no século XX. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1041-1050, Mar. 2019. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000301041&lng=en&nrm=iso>. access on 19 June 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018243.34492016>.

9. VOTRUBA, N.; ZIEMANN, A.; GRANT, J.; THORNICROFT, G. A systematic review of frameworks for the interrelationships of mental health evidence and policy in low- and middle-income countries. Health Res Policy Syst., v.16, n.1, p. 85, 2018. doi:10.1186/s12961-018-0357-2

10. ZHOU, W.; YU, Y.; YANG, M.; CHEN, L.; XIAO, S. Policy development and challenges of global mental health: a systematic review of published studies of national-level mental health policies. BMC Psychiatry, v.18, n.1, p.138, 2018. doi:10.1186/s12888-018-1711-1

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. AMARANTE, P. Das psiquiatrias reformadas às rupturas com a Psiquiatria. In: AMARANTE, P. Saúde mental e Atenção Psicossocial, R.J.: Editora Fiocruz, 2007. p.37-59.
2. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Decreto n. 9.761 de 11 de abril de 2019. Aprova a Nova Política Nacional sobre Drogas - PNAD
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução n.32, de 14 de novembro de 2017.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.3.588, de 21 de dezembro de 2017. Altera as portarias n.3 e n.6 de 28 de setembro de 2017 para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. DOU, seção 1, p.236, 22/12/2017.
5. BRASIL. Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e Ministério da Assistência e Previdência Social. Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. DOU, p.2, 09/04/2001.
6. DIEHL, A.; LARANJEIRA, R.; CORDEIRO, D. Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas. 2018. Porto Alegre: Artmed, E-book.
7. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD). Resolução n. 1, de 09 março de 2018. Define as diretrizes para realinhamento e fortalecimento do PNAD – Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Decreto 4.345 de 26 de agosto de 2002. DOU, Seção 1, edição 49, p. 79, em 13/03/2018.
8. ROTELLI, F. et al. Desinstitucionalização, uma outra via. A Reforma Psiquiátrica Italiana no contexto da Europa Ocidental e dos “Países avançados”. In: ROTELLI, F. et al. Desinstitucionalização. São Paulo: Hucitec, 1990. p.17-55.
9. SAXENA, S.; FUNK, M.; CHISHOLM, D.. World Health Assembly adopts Comprehensive Mental Health Action Plan 2013–2020. The Lancet, 381(9882), 1970-1971., 2013. Disponível em : [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)61139-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(13)61139-3)

REQUERIMENTOS INFORMÁTICOS: (exemplo: computador com internet)

Notebook ou computador com internet



**Programa Acadêmico
Mobilidade Virtual de Pós-graduação
AUGM**



SRInter/UFSCar

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CANDIDATURA

- Formulário de candidatura da AUGM
- Comprovante de matrícula em programa de pós-graduação
- Histórico escolar do curso atual
- Passaporte (página com foto) ou DNI
- Currículo
- Carta de anuência do escritório de Relações internacionais
- Outros documentos poderão ser solicitados após a seleção

REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA CANDIDATURA

- Conhecimentos de idioma Inglês (material fornecido, literatura estarão em inglês)
- Interesse nas discussões de saúde mental e psiquiátrica e estar regularmente inscrito em programa de pós-graduação stricto sensu integrante da AUGM.

OUTROS REQUISITOS/INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

--